

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3014

**SALDO AGROPECUÁRIO
BRASILEIRO DE 1989 A 2022:
MUDANÇA DE PERFIL
E CENÁRIO GLOBAL**

ROGÉRIO EDIVALDO FREITAS



**SALDO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO DE
1989 A 2022: MUDANÇA DE PERFIL E
CENÁRIO GLOBAL**

ROGÉRIO EDIVALDO FREITAS¹

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).
E-mail: rogerio.freitas@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Freitas, Rogério Edivaldo

Saldo agropecuário brasileiro de 1989 a 2022 : mudança de perfil e cenário global / Rogério Edivaldo Freitas. – Brasília, DF: IPEA, 2024.

49 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3014).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Saldo Comercial Agropecuário. 2. Cenários. 3. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 630.981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

FREITAS, Rogério Edivaldo. **Saldo agropecuário brasileiro de 1989 a 2022**: mudança de perfil e cenário global. Brasília, DF : Ipea, jun. 2024. 49 p. : il. (Texto para Discussão, n. 3014). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3014-port>

JEL: F14; Q11; Q17.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3014-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

INOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA E FONTES DE DADOS	8
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1 Exportações agropecuárias brasileiras.....	12
3.2 Importações agropecuárias brasileiras.....	18
3.3 Saldo agropecuário brasileiro	26
4 CENÁRIOS FUTUROS	34
4.1 Projeções da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico	34
4.2 Projeções do departamento de agricultura dos Estados Unidos.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	48

SINOPSE

Este trabalho teve por objetivo analisar a contribuição da agropecuária para os resultados comerciais brasileiros entre 1989 e 2022, mapear a eventual mudança de perfil nesse quesito e discutir cenários para o futuro dos fluxos comerciais agropecuários do país. Embora o conjunto de bens agropecuários tenha sido superavitário em todos os anos avaliados, de 2008 em diante o saldo não agropecuário foi, em particular, sempre negativo, de modo que os saldos comerciais positivos observados desde então somente foram possíveis devido aos superávits comerciais agropecuários. Há um rol de grupos de produtos que deve ser destacado, vale dizer: carnes e miudezas, outros itens de origem animal, café e mates, sementes e oleaginosas, preparações de carne e peixes, açúcares e confeitaria, preparações de hortícolas, preparações alimentícias, resíduos de indústrias alimentares, tabaco e manufaturados e matérias albuminoides e colas. Em termos de crescimento participativo ao longo da série, há três grupos de bens com expressivo crescimento participativo no superávit agropecuário do país ao longo dos subperíodos considerados, quais sejam: as carnes e miudezas, as sementes e oleaginosas e os açúcares e confeitarias. Foram também destacados os principais mercados e competidores das exportações agropecuárias brasileiras bem como os potenciais ofertantes para as importações brasileiras de alimentos. Ademais, ressaltaram-se fatores que exigirão contínuo monitoramento por conta de impactos que seu recrudescimento pode gerar na produção global de alimentos, isto é, o estabelecimento e/ou o aprofundamento de acordos bilaterais de comércio e investimento, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia e seus desdobramentos nos mercados mundiais de cereais e de fertilizantes, além da eventual maior incidência de pragas e doenças num ambiente de instabilidade climática crescente.

Palavras-chave: saldo comercial agropecuário; Brasil; cenários.

ABSTRACT

This study aims to analyze the agricultural contribution to the Brazilian trade balance from 1989 to 2022 and identify the products with a major share in such results. Moreover, it investigates the changes in the products of the Brazilian agricultural trade and discusses outlooks for Brazil's agricultural trade flows in the short future. Even the agricultural goods as a group of products had positive trade results in all evaluated years, from 2008 on the non-agricultural trade had trade deficits and the positive global trade balance of the Brazilian economy was only possible due to the agricultural trade surplus. The following subgroups of products must be highlighted: meat and edible meat offal, other animal-originated products, coffee, tea, mate and spices, oil seeds and oleaginous fruits, meat preparations thereof, sugars and sugar confectionery, preparations of vegetables or fruit, miscellaneous edible preparations, food industries and wastes thereof, tobacco and manufactured, and albuminoidal substances. They had a positive trade balance in all evaluated years. In terms of share's growth through the series, three subgroups of items had expressive increasing of their share in the

agricultural trade surplus over the years, that is, oil seeds and oleaginous fruits, meat and edible meat offal, and sugars and sugar confectionery, especially the two first. The study also highlights the main markets and competitors for the Brazilian agricultural exports and potential suppliers in the context of Brazilian imports of food products. Three key factors will require continuous monitoring due to their impacts on the world food supply, that is, the establishment or deepening of trade and investments bilateral agreements, the continuity of the Russia-Ukraine conflict (and its consequences in the global markets of cereals and fertilizers, and the possible greater incidence of plagues and diseases in an environment of increasing climatic instability).

Keywords: agricultural trade balance; Brazil; outlooks.

1 INTRODUÇÃO¹

O Brasil enfrenta expressiva dificuldade macroeconômica, parte dessa originada de questões estruturais e/ou institucionais que não são novas – isto é, estão presentes na sociedade brasileira desde o final da década de 1980. Exemplarmente, inúmeros estudos (Giambiagi, 2003; Bonelli e Fontes, 2013) mapearam restrições estruturais ao contínuo crescimento da economia brasileira, sobretudo aquelas relacionadas aos ganhos de produtividade.

Nessa tônica, ademais das mudanças macroeconômicas provocadas pela inesperada pandemia mundial em 2020, o Brasil já enfrentava desafios de monta, com destaque para o desequilíbrio na gestão da dívida pública (Moraes e Divino, 2019), ambiente institucional oscilante e o baixo nível de produtividade como um problema sistêmico (Velooso *et al.*, 2017). Nesse último quesito, incluem-se os baixos níveis de educação e de capacitação da mão de obra (Rodrigues, 2019).

Ao mesmo tempo, a produção de safras recordes, seja para lavouras permanentes seja para lavouras temporárias, tem sido marcante desde a década de 1980, tanto por conta de incrementos tecnológicos e ganhos de produtividade (Gasques *et al.*, 2020; Klein e Luna, 2020; Vieira Filho, Gasques e Ronsom, 2020) quanto por meio da incorporação de novas áreas ao processo produtivo (Freitas e Mendonça, 2016).

Aqui, é importante salientar que há trabalhos apontando não somente a incorporação de novas áreas, mas também a conversão de áreas de pecuária em área agrícola. De acordo com Feltran-Barbieri e Féres (2021), a degradação de pastagens, por exemplo, é um passivo importante na agropecuária brasileira, mas esforços de restauração e recuperação podem tornar essas áreas uma nova fronteira, seja para a expansão de campos de lavouras, seja para a restauração de florestas.

Sobre a incorporação de novas áreas, trata-se de um fenômeno em curso (Câmara *et al.*, 2015; Freitas, 2022), notabilizando-se com fronteiras agrícolas em trechos orientais da região Norte em associação com as regiões leste do Tocantins, do sul maranhense, do sudoeste piauiense e do extremo oeste baiano, sem citar novas áreas ao Sul da região Norte em transição com as do norte e do nordeste mato-grossenses.

Em paralelo, diversas análises (Santana e Contini, 2011; Espírito Santo, Lima e Souza, 2012; Brasil, 2021; USDA, 2022; OECD, 2022) elencam o Brasil como um dos principais atores em termos de crescimento projetado da produção e da exportação de

1. O autor agradece a dois pareceristas anônimos pelas observações e pelos alertas em relação à versão inicial do estudo. Os erros remanescentes pertencem ao autor.

alimentos no mundo. Dadas as limitações de crescimento experimentadas pelo país, sobretudo na última década, espora-se o argumento clássico de Bonelli e Malan (1976), no sentido de que a capacidade de geração de divisas através de exportações é pelo menos tão importante quanto a eventual capacidade de poupar divisas substituindo-se importações por produção doméstica.

De fato, inúmeros fatores afetam a capacidade de exportação ou a necessidade de importação do Brasil nesses produtos. Embora não seja o foco deste trabalho, tais fatores incluem as vantagens comparativas nesses bens (Souza *et al.*, 2012; Maranhão e Vieira Filho, 2017; Ferreira e Vieira Filho, 2019), as restrições na infraestrutura doméstica (Da Mata e Freitas, 2008), os limitantes comerciais externos (Anderson, Mensbrugge e Martin, 2006) e as condicionantes macroeconômicas (Melo, 2002). Outras variáveis, como distância dos mercados consumidores finais e nível de renda dos parceiros de comércio, são também enfatizadas em estudos clássicos sobre os fatores determinantes de exportações (Bergstrand, 1985; 1989; Feenstra, Markusen e Rose, 2001).

Dessarte, o objetivo aqui é analisar a contribuição (saldo) da agropecuária para os resultados comerciais brasileiros entre 1989 e 2022 e identificar os produtos de maior participação em tais resultados, bem como mapear a eventual mudança de perfil nesse quesito ao longo daquele intervalo de 34 anos. Nesse sentido, o trabalho observará a dinâmica da contribuição da agropecuária nacional para os resultados comerciais do país no intervalo citado, com base em quebras estruturais sugeridas. Serão também discutidos alguns dos cenários de entorno para o futuro dos resultados comerciais da agropecuária brasileira, com alicerce em prognósticos do perfil de oferta e demanda mundial de alimentos para a década em curso.

Além desta introdução, o trabalho constitui-se por quatro seções adicionais. A seção 2 informa a metodologia do trabalho. As seções 3 e 4 detalham, respectivamente, a discussão de resultados e o delineamento de cenários futuros para o Brasil nesse âmbito. A seção 5 tece as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA E FONTES DE DADOS

A metodologia do trabalho subdivide-se em duas etapas. A primeira delas diz respeito à estruturação e à compatibilização da base de dados. A etapa subsequente refere-se aos procedimentos de análise.

Em termos de estruturação e compatibilização da base de dados, o estudo se baseia em dados de exportações e de importações brasileiras do Ministério do

TEXTO para DISCUSSÃO

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)² referentes ao período de 1989 a 2022. A definição de produto agropecuário empregada é a constante no Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai e obedeceu à WTO (1994). De modo que se compatibilizassem os itens da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – NBM (1989-1996) e da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM (1996-2022), foi requerida uma harmonização das alíneas comerciais brasileiras.³

Dessarte, os itens do Sistema Harmonizado (SH) de Classificação de Mercadorias correspondentes às exportações e às importações agropecuárias são aqueles descritos na tabela 1.

TABELA 1
Códigos SH agropecuários de acordo com WTO

Capítulo SH	Item
1 e 2	Todos
4 a 24	Todos (exceto peixes e suas preparações)
29	2905.43 e 2905.44
33	33.01
35	35.01 a 35.05
38	3809.10 e 3823.60
41	41.01 a 41.03
43	43.01
50	50.01 a 50.03
51	51.01 a 51.03
52	52.01 a 52.03
53	53.01 a 53.02

Fonte: WTO (1994).
Elaboração do autor.

Os procedimentos de análise contemplam o cálculo e a avaliação da participação média dos grupos de produtos no total (US\$) exportado em produtos agropecuários

2. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

3. Ver o apêndice A deste trabalho para detalhes dos procedimentos de compatibilização entre a NBM (1989-1996) e a NCM (1996-2022). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1102&refr=605>. Acesso em: abr.-jun. 2012.

nos subperíodos: i) 1989 a 1994⁴ (pré-consolidação do Plano Real); ii) 1995 a 1998 (Plano Real com banda cambial); iii) 1999⁵ a 2013 (Plano Real sob metas inflacionárias e crescimento econômico local); e iv) 2014⁶ a 2022 (dificuldades macroeconômicas, sobretudo fiscais).

Nesses termos, efetivaram-se também os cálculos/avaliações para os subperíodos I (início da série) e IV (final da série) a seguir.

- 1) A participação (P_{it}) de cada um dos cinco principais itens/produtos nas exportações agropecuárias brasileiras nos subperíodos I e IV.

$$P_{it} = [X_{it}/X_t] \quad (1),$$

em que:

X_{it} = exportações agropecuárias do produto i no ano t , sendo i grupos de produtos do sistema SH; e t 1989, ..., 2022; e

X_t = exportações agropecuárias brasileiras no ano t .

- 2) A participação agregada dos cinco maiores itens/produtos nas exportações agropecuárias brasileiras com base nos subperíodos I (1989 a 1994, subperíodo início) e IV (2014 a 2022, subperíodo final) das séries calculadas, conforme:

$$P_{5T} = [P_{1t} + P_{2t} + P_{3t} + P_{4t} + P_{5t}]. \quad (2)$$

- 3) Comparativo das trajetórias de P_{5T} com base nos subperíodos I (1989 a 1994) e IV (2014 a 2022) das séries mensuradas.
- 4) Identificação da mudança de perfil das exportações agropecuárias brasileiras ao longo das últimas três décadas.

4. Como o real foi estabelecido como padrão monetário oficial em 1º de julho de 1994 (BCB, 2007), o primeiro exercício integralmente sob vigência da atual moeda doméstica foi 1995.

5. Conforme Silva (2002), deu-se em janeiro de 1999 o colapso do regime cambial utilizado pelo Plano Real desde seu início, em 1994.

6. Conforme dados da variação real anual do produto interno bruto (PIB) a preços de mercado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento médio anual do PIB no período 1999-2013 foi da ordem de 3,39% ao ano (a.a.), enquanto no período 2014-2021 foi da ordem de -0,08% a.a.; portanto, substancialmente menor no segundo subperíodo. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Todos os procedimentos descritos, *mutatis mutandis*, são também feitos em relação às importações agropecuárias brasileiras. Ademais, calcularam-se igualmente o desvio-padrão e a amplitude das participações dos grupos de produtos, de modo a se ter um componente adicional de avaliação sobre se houve relativa concentração das divisas de exportações e de importações agropecuárias brasileiras ao longo dos 34 anos avaliados.

Obtidos os valores de exportações e de importações agropecuárias correspondentes, os procedimentos de análise seguem com o cálculo e a identificação do saldo agropecuário no período cotejado. Ademais, comparar-se-á o desempenho do saldo agropecuário com o do saldo não agropecuário – assumido como saldo total menos saldo agropecuário – entre 1989 e 2022.

Em segundo lugar, os grupos de produtos agropecuários foram ranqueados e avaliados com base no total de anos com desempenho superavitário ao longo dos 34 anos aferidos. Isso permitirá delinear grupos de produtos consistentemente superavitários nas transações comerciais em bens agropecuários.

Como terceira abordagem, efetuam-se o cálculo e a aferição da participação média dos grupos de produtos no saldo total (US\$) gerado pela agropecuária brasileira nos subperíodos I a IV, anteriormente definidos. *Nesses cálculos, serão considerados apenas os resultados dos grupos de produtos que foram superavitários em todos os anos do período 1989-2022.*

Nesses termos, empreenderam-se adicionalmente os cálculos/avaliações a seguir para os subperíodos I (início da série) e IV (final da série).

- 1) A participação (P_{it}) de cada um dos cinco principais itens/produtos no saldo agropecuário brasileiro nos subperíodos I e IV.

$$P_{it} = [S_{it}/S_t] \quad (1),$$

em que:

S_{it} = saldo agropecuário do produto i no ano t , sendo i os grupos de produtos do sistema SH; t , 1989, ..., 2022; e

S_t = saldo agropecuário brasileiro no ano t .

- 2) A participação agregada dos cinco principais itens/produtos no saldo agropecuário brasileiro com base nos subperíodos I (1989 a 1994, subperíodo inicial) e IV (2014 a 2022, subperíodo final) das séries calculadas:

$$P_{5T} = [P_{1t} + P_{2t} + P_{3t} + P_{4t} + P_{5t}]. \quad (2)$$

- 3) Comparativo entre os grupos P_{5T} com base nos subperíodos I (1989 a 1994) e IV (2014 a 2022) das séries calculadas.

Por fim, calcularam-se também o desvio-padrão das participações dos grupos de produtos e a amplitude entre as participações de todos os grupos de produtos, de modo a se ter um componente adicional de avaliação sobre se houve concentração do saldo comercial agropecuário brasileiro em número relativamente menor de grupos de produtos ao longo dos 34 anos aferidos.

Tais informações serão adicionalmente cotejadas com projeções da oferta e demanda mundial de alimentos (Brasil, 2021; USDA, 2022; OECD, 2022), com vistas a situar condições de entorno para a oferta e a demanda brasileiras de produtos alimentícios nos mercados mundiais ao longo da década de 2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados em três subseções consecutivas. A primeira delas faz referência às exportações agropecuárias brasileiras. Já a subseção 3.2 detalha os resultados pertinentes às importações agropecuárias brasileiras. Por fim, a subseção 3.3 retrata os números relativos ao saldo agropecuário brasileiro no período em tela.

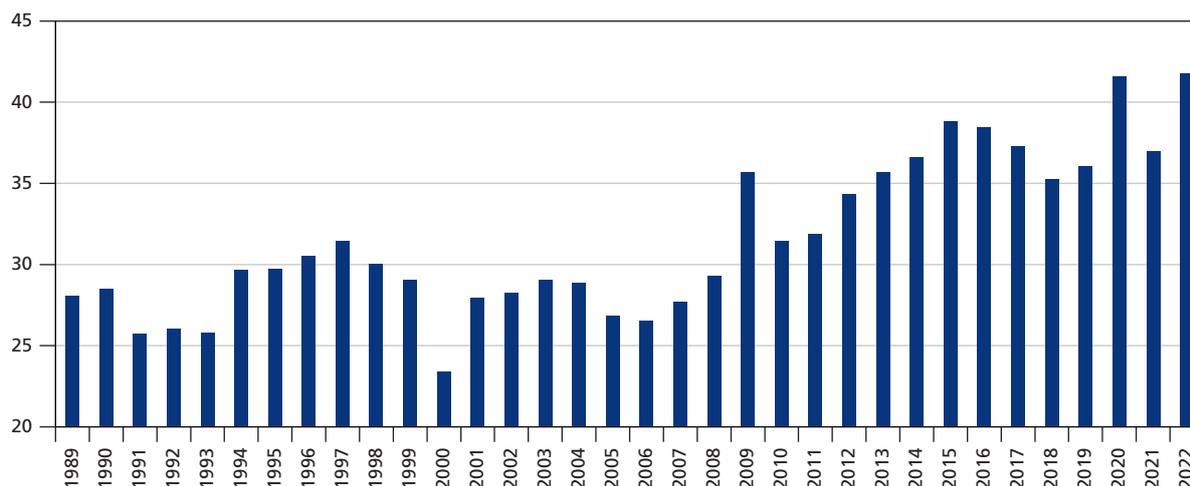
3.1 Exportações agropecuárias brasileiras

Dentro da estrutura de funcionamento da economia brasileira, resultados positivos na balança de pagamentos – em especial na sua conta corrente – são de grande importância. Aqui, os produtos agropecuários e seus processados têm sido cruciais para a obtenção de resultados positivos no comércio brasileiro como um todo. De acordo com o exibido no gráfico 1, entre 1989 e 2022, as exportações brasileiras de produtos agropecuários apresentaram participação crescente nas exportações nacionais, alcançando 42% das divisas comerciais (US\$) obtidas pelas exportações brasileiras em 2022.⁷

7. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GRÁFICO 1**Participação da agropecuária nas receitas de exportações brasileiras totais¹ (1989-2022)**

(Em %)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$ corrente.

Os resultados de participação média dos grupos de produtos nas receitas (US\$) de exportações agropecuárias brasileiras no período de 1989 a 2022 são apresentados na tabela 2.

TABELA 2**Participação média dos grupos de produtos no total de divisas¹ gerado pela exportação agropecuária nos subperíodos de referência**

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	1995-1998	1999-2013	2014-2022
Animais vivos (01)	0,07	0,04	0,42	0,46
Carnes e miudezas (02)	7,61	7,88	17,65	17,63
Leite e laticínios (04)	0,11	0,13	0,47	0,38
Outros itens de origem animal (05)	0,40	0,46	0,61	0,67
Plantas vivas e floricultura (06)	0,12	0,08	0,07	0,02
Produtos hortícolas (07)	0,08	0,08	0,08	0,14
Frutas (08)	2,42	1,95	1,85	1,04
Café e mates (09)	15,00	15,24	8,74	6,65
Cereais (10)	0,04	0,26	3,22	6,89
Malte, amidos e féculas (11)	0,05	0,08	0,09	0,13

(Continua)

(Continuação)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	1995-1998	1999-2013	2014-2022
Sementes e oleaginosas (12)	9,55	10,55	18,52	32,60
Gomas e resinas vegetais (13)	0,18	0,22	0,15	0,15
Matérias para entrançar (14)	0,03	0,03	0,02	0,01
Óleos animais ou vegetais (15)	5,29	6,48	4,12	2,02
Preparações de carne e peixes (16)	2,77	1,98	2,46	1,40
Açúcares e confeitaria (17)	6,83	12,67	13,95	10,34
Cacau e preparações (18)	3,46	1,32	0,91	0,40
Preparações de cereais (19)	0,13	0,21	0,34	0,28
Preparações de hortícolas (20)	12,00	8,68	4,98	2,54
Preparações alimentícias (21)	2,41	3,09	2,08	1,32
Bebidas e vinagres (22)	1,05	1,10	2,22	1,35
Resíduos das indústrias alimentares (23)	19,85	16,21	9,92	7,88
Tabaco e manufacturados (24)	8,49	9,79	5,10	2,40
Produtos químicos orgânicos (29)	0,05	0,05	0,03	0,01
Produtos farmacêuticos (30)	0,51	0,41	0,00	0,00
Óleos essenciais e resinoides (33)	0,00	0,07	0,33	0,38
Matérias albuminoides e colas (35)	0,45	0,52	0,48	0,47
Produtos diversos das indústrias químicas (38)	0,00	0,00	0,00	0,00
Peles e couros (41)	0,01	0,09	0,01	0,01
Peleteria e suas obras (43)	0,00	0,00	0,00	0,00
Seda (50)	0,12	0,04	0,01	0,00
Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,06	0,09	0,03	0,03
Algodão (52)	0,90	0,18	1,15	2,41
Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispersão participativa				
Desvio-padrão	4,92	4,83	5,02	6,44
Amplitude	19,85	16,21	18,52	32,60

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$.

Quatro observações podem ser feitas a partir dos resultados exibidos na tabela 2. Em primeiro lugar, destacam-se os grupos de produtos com expressivo crescimento nas receitas de exportações agropecuárias brasileiras, ou seja, sementes e oleaginosas (12), carnes e miudezas (02) e cereais (10). Os açúcares e confeitaria (17) também apresentaram esse comportamento, mas em menor magnitude relativa.

Simultaneamente, houve grupos de bens com decréscimo participativo nas receitas de exportações agropecuárias brasileiras. Exemplarmente, citam-se frutas (08),

TEXTO para DISCUSSÃO

café e mates (9), óleos animais ou vegetais (15), preparações de carne e peixes (16) e preparações de hortícolas (20).

O crescimento participativo de produtos *in natura* – como sementes e oleaginosas e carnes e miudezas, com menor parcela relativa pertinente às preparações (de hortícolas e de carne e peixes), e óleos (animais ou vegetais) – pode refletir uma maior demanda global por produtos menos processados ou mesmo uma consequência de escaladas tarifárias⁸ ou outras barreiras comerciais (técnicas, fitossanitárias) nos mercados de países/destinos de maior demanda, em detrimento das exportações com algum grau de processamento.

Por fim, nota-se um crescimento da amplitude e do desvio-padrão participativos entre os subperíodos considerados, o que provavelmente sinaliza concentração de receitas de exportação agropecuária em comparativamente menor número de grupos de produtos ao longo do tempo para o nível de desagregação considerado.

A seguir, registram-se as participações dos cinco grupos de produtos líderes no total agropecuário exportado, isolando-se os dois subperíodos extremos, 1989-1994 e 2014-2022. Essas informações constam na tabela 3.

TABELA 3

Participação média dos grupos de produtos líderes nos subperíodos extremos 1989-1994 e 2014-2022

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	Grupo de produtos (SH02)	2014-2022
Resíduos das indústrias alimentares (23)	19,85	Sementes e oleaginosos (12)	32,60
Café e mates (09)	15,00	Carnes e miudezas (02)	17,63
Preparações de hortícolas (20)	12,00	Açúcares e confeitaria (17)	10,34
Sementes e oleaginosas (12)	9,55	Resíduos das indústrias alimentares (23)	7,88
Tabaco e manufaturados (24)	8,49	Cereais (10)	6,89
Subtotal cesta I (CI)	64,88	Subtotal cesta IV (CIV)	75,35

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023. Elaboração do autor.

Os cinco bens líderes no período 1989-1994 – resíduos das indústrias alimentares (23), café e mates (09), preparações de hortícolas (20), sementes e oleaginosas (12) e tabaco e manufaturados (24) – representaram em média 65% das exportações agropecuárias brasileiras naquele subperíodo. Já o subgrupo correspondente do intervalo 2014-2022 – sementes e oleaginosos (12), carnes e miudezas (02), açúcares e confeitaria (17), resíduos das indústrias alimentares (23) e cereais (10) – representaram em média 35% das exportações agropecuárias brasileiras nesse subperíodo. Já o subgrupo correspondente do intervalo 1989-1994 – resíduos das indústrias alimentares (23), café e mates (09), preparações de hortícolas (20), sementes e oleaginosas (12) e tabaco e manufaturados (24) – representaram em média 65% das exportações agropecuárias brasileiras naquele subperíodo. Já o subgrupo correspondente do intervalo 2014-2022 – sementes e oleaginosos (12), carnes e miudezas (02), açúcares e confeitaria (17), resíduos das indústrias alimentares (23) e cereais (10) – representaram em média 35% das exportações agropecuárias brasileiras nesse subperíodo. ⁸ Por exemplo, Espírito Santo (2010) enfatizara elevadas tarifas chinesas sobre produtos lácteos, itens tidos como nicho potencial na perspectiva de fortalecimento das relações bilaterais Brasil-China (Miranda, Jank e Soendergaard, 2020).

2014-2022 – sementes e oleaginosas (12), carnes e miudezas (02), açúcares e confeitaria (17), resíduos das indústrias alimentares (23) e cereais (10) – responderam por 75% do respectivo valor.⁹ Dessarte, um aumento de 10 pontos percentuais (p.p.) entre os grupos de comparação, sinalizando uma concentração de divisas nos grupos de produtos líderes ao longo do tempo.

Além disso, os grupos de café e mates (09), preparações de hortícolas (20) e tabaco e manufaturados (24) deixaram de liderar as receitas de exportações agropecuárias brasileiras. Grupos novos – carnes e miudezas (02), cereais (10) e açúcares e confeitaria (17) – passaram a compor o segmento líder no último subperíodo observado, representando em média 35% das receitas de exportações agropecuárias brasileiras entre 2014 e 2022.

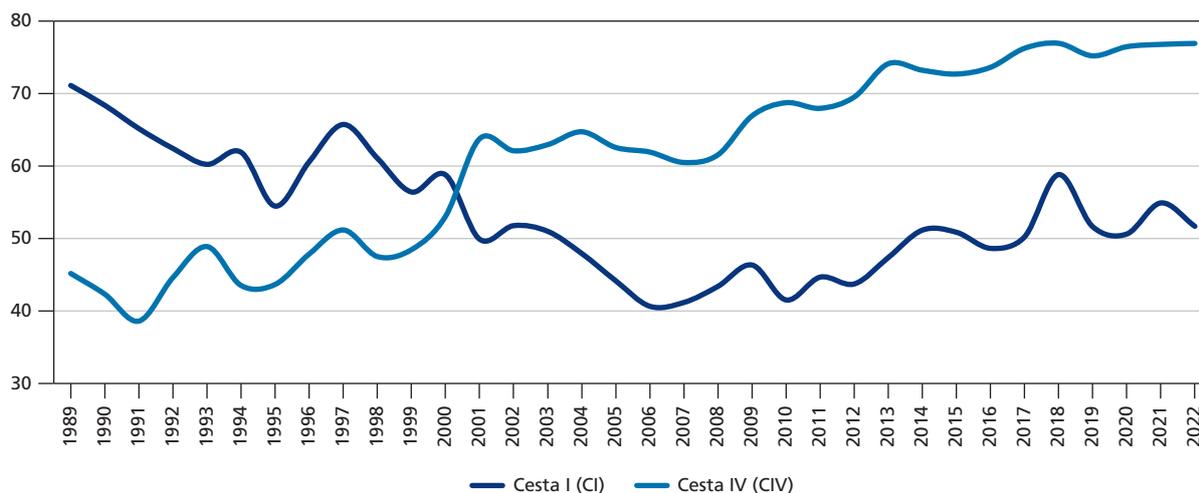
Igualmente, cumpre registrar que foi expressivo o salto de participação dos grupos complementares de sementes e oleaginosas (12) e resíduos das indústrias alimentares (23). Entre 1989 e 1994, tais grupos de bens representaram em média 29,40% das receitas de exportações agropecuárias do país; na média do subperíodo 2014-2022, passaram a 40,50% do montante pertinente.

Isso posto, o gráfico 2 informa a trajetória participativa das cestas de bens líderes identificadas nos subperíodos I (1989-1994) e IV (2014-2022). Resíduos das indústrias alimentares (23), café e mates (09), preparações de hortícolas (20), sementes e oleaginosas (12) e tabaco e manufaturados (24) formam a cesta I (CI), enquanto sementes e oleaginosas (12), carnes e miudezas (02), açúcares e confeitaria (17), resíduos das indústrias alimentares (23) e cereais (10) constituem a cesta IV (CIV).

9. Conforme levantamento do autor, a China tem se mostrado uma grande compradora de itens agropecuários exportados pelo Brasil, em especial a partir de 2000. Em 2020, as receitas de exportações agropecuárias brasileiras com destino à China representaram 35% das receitas de exportações agropecuárias e 15% das receitas de exportações totais do Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: jan. 2021.

GRÁFICO 2**Participação das cestas líderes dos subperíodos I e IV no total de divisas¹ gerado pela exportação agropecuária brasileira (1989-2022)**

(Em %)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$.

Em termos de trajetórias, observa-se uma tendência de declínio participativo da CI nas receitas de exportações agropecuárias brasileiras entre 1989 e 2022. Nesse caso, a parcela devida à cesta CI nas receitas de exportações agropecuárias brasileiras reduziu-se de 71% em 1989 para 52% em 2022.

Já a CIV apresentou oscilação ao longo da série, mas com tendência de crescimento participativo, particularmente a partir de 1998. Assim sendo, esse grupamento de itens respondia em 1989 por 45% das divisas de exportações agropecuárias do país em 1989, percentual que saltaria para 77% em 2022, um incremento de 28 p.p. em 34 anos.

Por certo, tais diferenças de comportamento embutem um efeito preço,¹⁰ devido à maior demanda global por alimentos e produtos da agropecuária neste século comparativamente ao final do século XX, em associação com o forte crescimento econômico

10. Variados fatores afetam a capacidade do Brasil na exportação desses produtos. Como citado na introdução, embora não seja este o foco do trabalho, tais fatores incluem as vantagens comparativas nesses bens, restrições na infraestrutura doméstica, limitantes comerciais externos, condicionantes macroeconômicos, além de distância aos mercados consumidores finais e nível de renda dos parceiros de comércio.

do Sudeste Asiático¹¹ e as maiores compras oriundas do Oriente Médio e do norte da África, principalmente.

No caso particular do Oriente Médio, Espírito Santo, Lima e Souza (2012) destacaram o Irã, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita entre os principais parceiros comerciais para as exportações agropecuárias brasileiras. Os Emirados Árabes Unidos dependem fortemente de importações de alimentos,¹² bem como diversos outros países do Meso Oriente, e funciona como um entreposto comercial para receber importações agropecuárias com destino àquela região. Irã e Iêmen são também enfatizados como mercados de relevância para as exportações agropecuárias brasileiras, tanto em termos presentes quanto em termos potenciais para o futuro.¹³

3.2 Importações agropecuárias brasileiras

Já em relação às importações agropecuárias brasileiras, tem sido decrescente a parcela de divisas gastas com a importação de itens alimentares na importação total do país. Conforme o gráfico 3, no subperíodo 1989-1994 (anterior ao pleno estabelecimento do Plano Real), a importação de itens alimentares e seus processados respondeu, em média, por 12% das divisas gastas nas importações do país. Já em 2022 esse percentual situou-se no patamar dos 5% e com viés declinante.

11. Análise anterior (Freitas e Vinholis, 2019) havia identificado a forte demanda da China nos casos de sementes e oleaginosas (02), materiais para entrançar (14), óleos animais ou vegetais (15), peles e couros (41), seda (50) e algodão (52).

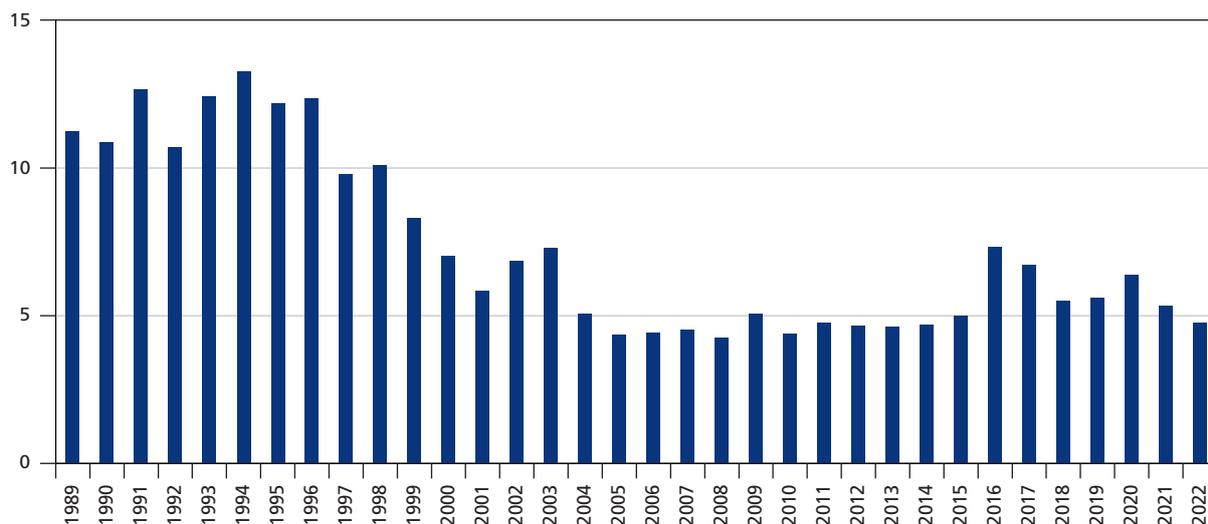
12. Intercâmbio Comercial do Agronegócio: Emirados Árabes Unidos. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16864_emirados_arabes_unidos.pdf/view. Acesso em: 6 jul. 2018.

13. Intercâmbio Comercial do Agronegócio 2017: Irã. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16858_ira_.pdf/view. Acesso em: 6 jul. 2018.

Intercâmbio Comercial do Agronegócio 2017: Iêmen. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao>. Acesso em: 6 jul. 2018.

GRÁFICO 3**Participação da importação de produtos agropecuários nas importações brasileiras¹ (1989-2022)**

(Em %)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$ corrente.

Em termos de composição das importações de alimentos, a tabela 4 apresenta a parcela devida aos diversos grupos de produtos alimentícios adquiridos internacionalmente de 1989 a 2022, conforme os subperíodos estabelecidos.

TABELA 4**Participação média dos grupos de produtos no total de divisas¹ pago pela importação de bens agropecuários nos subperíodos de referência**

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	1995-1998	1999-2013	2014-2022
Animais vivos (01)	2,13	1,45	0,37	0,11
Carnes e miudezas (02)	7,38	3,51	2,57	3,30
Leite e laticínios (04)	7,32	8,76	5,43	5,25
Outros itens de origem animal (05)	0,87	0,80	1,66	1,99
Plantas vivas e floricultura (06)	0,04	0,10	0,25	0,40
Produtos hortícolas (07)	5,70	5,85	5,53	5,06
Frutas (08)	5,58	5,67	5,91	6,39
Café e mates (09)	0,42	0,44	0,67	1,13

(Continua)

(Continuação)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	1995-1998	1999-2013	2014-2022
Cereais (10)	11,95	19,08	30,25	21,63
Malte, amidos e féculas (11)	22,42	10,13	7,55	6,84
Sementes e oleaginosas (12)	3,61	4,57	3,63	3,53
Gomas e resinas vegetais (13)	0,76	0,72	1,27	1,25
Matérias para entrançar (14)	0,07	0,06	0,05	0,02
Óleos animais ou vegetais (15)	5,65	5,85	7,35	10,88
Preparações de carne e peixes (16)	0,02	0,10	0,04	0,04
Açúcares e confeitaria (17)	0,51	1,14	0,86	0,80
Cacau e preparações (18)	0,18	1,89	3,16	3,13
Preparações de cereais (19)	0,35	1,61	1,70	2,24
Preparações de hortícolas (20)	1,78	3,31	4,20	5,36
Preparações alimentícias (21)	0,55	2,24	3,24	3,85
Bebidas e vinagres (22)	7,43	7,27	5,81	10,66
Resíduos das indústrias alimentares (23)	0,45	1,26	2,78	2,96
Tabaco e manufacturados (24)	0,79	1,22	0,65	0,54
Produtos químicos orgânicos (29)	0,01	0,07	0,09	0,10
Produtos farmacêuticos (30)	0,09	0,03	0,00	0,00
Óleos essenciais e resinoides (33)	0,88	0,51	0,95	0,69
Matérias albuminoides e colas (35)	0,46	0,71	0,88	1,31
Produtos diversos das indústrias químicas (38)	0,01	0,01	0,00	0,00
Peles e couros (41)	0,75	0,21	0,17	0,17
Peleteria e suas obras (43)	0,06	0,01	0,00	0,00
Seda (50)	0,00	0,01	0,02	0,02
Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,12	0,04	0,03	0,02
Algodão (52)	11,15	11,10	2,89	0,30
Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,51	0,27	0,05	0,02
Dispersão participativa				
Desvio-padrão	4,80	4,23	5,35	4,43
Amplitude	22,42	19,07	30,25	21,63

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$.

A partir das informações da tabela 4, é possível tecer algumas considerações sobre a mudança do perfil de gastos em importações agropecuárias no Brasil entre 1989 e 2022. Em primeiro plano, observam-se grupos de produtos com parcela estável

no total de importações agropecuárias brasileiras. É o caso de produtos hortícolas (07), frutas (08) e leite e laticínios (04) – este em particular nos subperíodos entre 1999 e 2022.

Como segunda observação, notam-se grupos de bens com perda de espaço relativo nos gastos com importações agropecuárias totais do país – vale dizer: carnes e miudezas (02) e, de forma especialmente expressiva, malte, amidos e féculas (11) e algodão (52).

Em terceiro lugar, há grupos de bens com crescimento relativo notório no total de gastos em bens agropecuários importados. Nesse contexto, citam-se cereais (10), cacau e preparações (18), preparações de cereais (19), preparação de hortícolas (20) e preparações alimentícias (21). Houve igualmente outros grupos com crescimento relativo nos gastos de importações agropecuárias do país, mas em patamares mais modestos. Foi o que ocorreu com bebidas e vinagres (22) e resíduos das indústrias alimentares (23).

Numa perspectiva mais ampla, é válido salientar que a maioria das preparações (grupos 18 a 23) experimentou crescimento de participação no total de gastos de importações agropecuárias brasileiras no cotejo entre os subperíodos 1989-1994 e 2014-2022. Uma abertura dos dados em nível de alíneas de bens (SH08) foge ao escopo e ao espaço deste estudo, mas poderia oferecer pistas sobre a dispersão ou a concentração de valor agregado na pauta agropecuária importada pelo país ao longo do tempo, e pode representar futuras extensões desta análise.

Quanto aos indicadores de dispersão calculados (desvio-padrão e amplitude), esses não sinalizaram aumento de concentração de gastos de importações agropecuárias em um comparativamente menor número de grupos de produtos, ao menos no nível de desagregação investigado (SH02, grupos de produtos).

Isso posto, discutem-se a seguir os dados reportados à tabela 5, na qual são apresentados os grupos líderes nas divisas de importações brasileiras nos dois subperíodos extremos da série, 1989-1994 e 2014-2022.

TABELA 5**Participação média dos grupos de produtos líderes nos subperíodos 1989-1994 e 2014-2022**

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	Grupo de produtos (SH02)	2014-2022
Malte, amidos e féculas (11)	22,42	Cereais (10)	21,63
Cereais (10)	11,95	Óleos animais ou vegetais (15)	10,88
Algodão (52)	11,15	Bebidas e vinagres (22)	10,66
Bebidas e vinagres (22)	7,43	Malte, amidos e féculas (11)	6,84
Carnes e miudezas (02)	7,38	Frutas (08)	6,39
Subtotal CI	60,32	Subtotal CIV	56,40

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
Elaboração do autor.

Restringindo-se a análise aos grupos de produtos líderes nos subperíodos 1989-1994 e 2014-2022, verifica-se igualmente uma alteração dos grupos de produtos líderes nas importações agropecuárias brasileiras. Os casos de algodão (52) e de carnes e miudezas (02)¹⁴ deixaram de figurar entre as importações de maior ônus relativo no total de importações agropecuárias brasileiras.

De outro lado, os grupos de cereais (10), malte, amidos e féculas (11) e bebidas e vinagres (22), que integravam esse recorte no subperíodo 1989-1994, também estão presentes no respectivo grupamento de produtos líderes entre 2014 e 2022. Em paralelo, os grupos de frutas (08) e óleos animais ou vegetais (15), que não eram protagonistas nos gastos de importações agropecuárias brasileiras na média do subperíodo 1989-1994, passaram a sê-lo entre 2014 e 2022.

Em grandes linhas, registra-se a relativa estabilidade do percentual médio devido aos cinco grupos de produtos líderes no valor de importações agropecuárias totais do país, seja em 1989-1994, seja em 2014-2022, em torno de 55%-60%, novamente reforçando a ausência de concentração de gastos de importações agropecuárias em um número relativamente menor de itens para o nível de desagregação de produto em que os cálculos foram realizados.

14. Sobre o caso particular das carnes, sabe-se que o Brasil se tornou um dos grandes produtores e exportadores globais, e previsões de OECD e FAO (2014) já sinalizavam que a parcela brasileira seria crescente nos mercados mundiais, isto é, na contramão do fluxo importador.

TEXTO para DISCUSSÃO

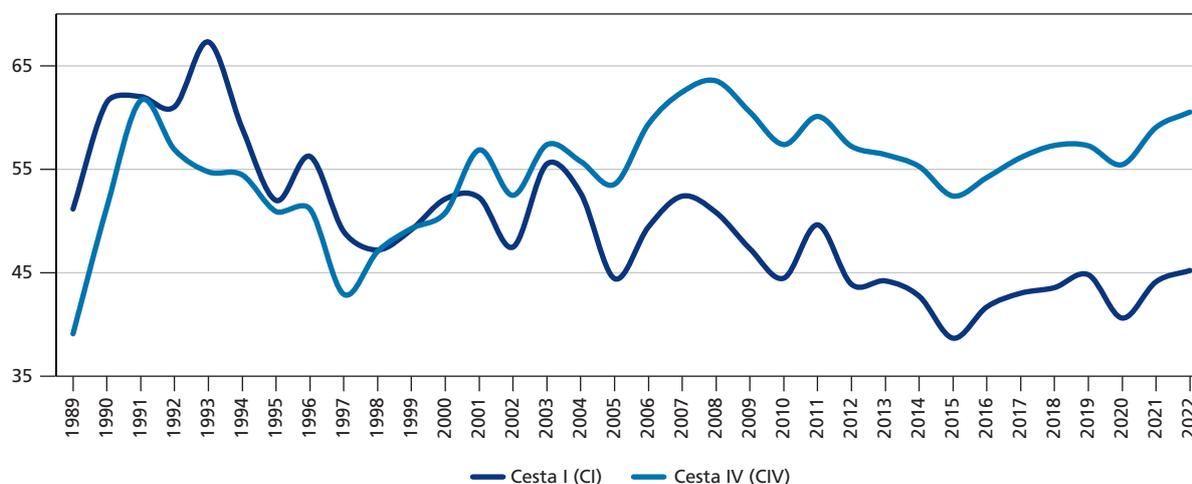
Outra maneira de se detectar a mudança de perfil das importações agropecuárias brasileiras é por meio da observação da trajetória dos grupos de bens líderes nessas com base nos subperíodos extremos da série, 1989-1994 e 2014-2022. No caso do subperíodo 1989-1994, a cesta de bens que mais onerou as importações agropecuárias do país foi a CI, composta por malte, amidos e féculas (11), cereais (10), algodão (52), bebidas e vinagres (22) e carnes e miudezas (02). Já para o subperíodo 2014-2022, tem-se a cesta CIV, constituída de cereais (10), óleos animais ou vegetais (15), bebidas e vinagres (22), malte, amidos e féculas (11) e frutas (08).

O gráfico 4 reporta as trajetórias temporais das CI e CIV ao longo de toda a série de dados, compreendida entre 1989 e 2022.

GRÁFICO 4

Participação das cestas líderes dos subperíodos I e IV no total de divisas¹ gasto em importações agropecuárias (1989-2022)

(Em %)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
Elaboração do autor.

Nota: ¹ Em US\$.

Tomando-se em conta o gráfico 4, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente, uma observação-chave refere-se às trajetórias participativas de CI e CIV. No primeiro caso, tem-se uma trajetória oscilante, mas com tendência declinante a partir de 1993. Já para CIV (que toma por base os cinco grupos de produtos líderes no subperíodo 2014-2022) a trajetória participativa é também variável, mas com perfil ascendente a partir de 1997.

Um segundo elemento é que os anos entre 1998 e 2001 notabilizam-se por equivalência participativa entre CI e CIV. Além disso, de 2003 em diante, há um descolamento a favor da CIV, provavelmente devido ao incremento participativo de óleos animais ou vegetais (15) e de frutas (08), bem como à queda participativa de carnes e miudezas (02) e de algodão (52) no total de divisas despendidas pelas importações agropecuárias do país.

Sob tal contexto, em 1989 a cesta de produtos líderes I representou 51% dos gastos de importações agropecuárias brasileiras contra 39% da CIV. Em contrapartida, em 2022 a situação é reversa, de forma que a CIV contemplou 61% dos gastos de importações agropecuárias do Brasil, contra 45% da CI, um diferencial de 16 p.p.

Por fim, deve-se pontuar que o grupo de malte, amido e féculas (11) veria seu peso participativo reduzir-se drasticamente nos gastos de importações agropecuárias do país, de 22,42% na média do subperíodo 1989-1994 para 6,84% na média do subperíodo 2014-2022.

Certo é que, por detrás de tais movimentos, há também aqui o efeito preço, puxado a seu turno por mudança nas magnitudes e no perfil de procura por alimentos na economia brasileira – tanto para consumo direto quanto para uso intermediário – e por fatores atrelados à conjuntura externa nos mercados mundiais de produtos alimentícios.

Sobre a disponibilidade interna de alimentos, recentemente tem se observado uma pressão altista dos preços dos bens alimentícios¹⁵ sobre o indicador-base da meta inflacionária, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. Nesse diapasão, segundo a tabela 6, avaliando-se o período 1995-2022 – no qual o padrão monetário doméstico foi exclusivamente o real –, desde 2007 têm se observado valores, em regra, superiores do IPCA Alimentos ante o IPCA Geral. Na série como um todo, em 16 dos 28 anos avaliados, o IPCA Alimentos suplantou o IPCA Geral, sobretudo na década de 2010.

15. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controlainflacao/apresrelinf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

TABELA 6**Taxa de variação anual do IPCA Geral e do IPCA Alimentos e bebidas (1995-2022)**

Ano	IPCA Geral (% a.a.)	IPCA Alimentos e bebidas (% a.a.)	IPCA _{Alim.} > IPCA _{Geral}
1995	22,41	8,42	-
1996	9,56	1,72	-
1997	5,22	1,20	-
1998	1,66	1,95	Sim
1999	8,94	8,12	-
2000	5,97	3,20	-
2001	7,67	9,63	Sim
2002	12,53	19,46	Sim
2003	9,30	7,48	-
2004	7,60	3,87	-
2005	5,69	1,99	-
2006	3,14	1,23	-
2007	4,46	10,77	Sim
2008	5,90	11,12	Sim
2009	4,31	3,17	-
2010	5,91	10,39	Sim
2011	6,50	7,19	Sim
2012	5,84	9,86	Sim
2013	5,91	8,48	Sim
2014	6,41	8,03	Sim
2015	10,67	12,01	Sim
2016	6,29	8,61	Sim
2017	2,95	-1,87	-
2018	3,75	4,03	Sim
2019	4,31	6,36	Sim
2020	4,52	14,11	Sim
2021	10,06	7,93	-
2022	5,78	11,63	Sim

Fonte: Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 30 jan. 2023.
Elaboração do autor.

Considerada a importância do indicador-meta de inflação para a estabilidade macroeconômica do país e até mesmo para a segurança política e distributiva interna, é importante ter em mente mecanismos que possam contrabalançar movimentos ascensionistas espasmódicos dos preços setoriais que pressionam o indicador-meta. As importações de produtos agropecuários podem ter o potencial de atuar nesse sentido, tanto mais no caso brasileiro, para o qual se tem verificado queda de participação dos gastos com importações agropecuárias nas despesas totais de importações.

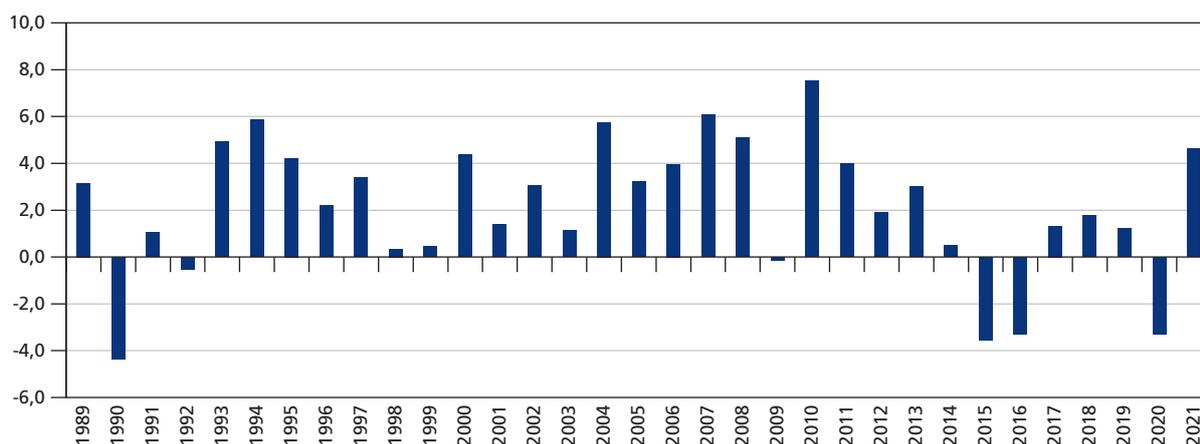
Muitos são os estudos que debatem a modernização e os ganhos de produtividade e competitividade da produção agropecuária local, com impactos na obtenção de espaço nos mercados mundiais e, também, no aumento de participação da oferta nacional na disponibilidade interna de alimentos. Exemplos nessa direção são Alves e Contini (1992), Barros (1999) e Vieira *et al.* (2001). Não obstante, a incidência de importações de bens agropecuários complementares à oferta local pode ser funcional e adjuvante para a regularização da oferta interna de alimentos.

3.3 Saldo agropecuário brasileiro

Em termos macroeconômicos, os resultados da economia brasileira, nos últimos dez anos em especial, foram pouco animadores. Os dados do gráfico 5 são ilustrativos e referem-se à variação real anual do PIB a preços de mercado.¹⁶ Na década de 2000, a variação real anual do PIB a preços de mercado foi na média de 3,39% a.a., enquanto na década de 2010 esse valor se reduziria para 1,44% a.a. Nesses resultados é preciso observar que não são contabilizados os efeitos do crescimento populacional brasileiro no período. Assim, os respectivos indicadores *per capita* são ainda menos alvissareiros.

Um elemento anterior e crucial nessa discussão é a abertura da economia brasileira nas décadas de 1980 e de 1990. Ela fez parte de um processo mais amplo de reestruturação do sistema produtivo então vigente no país (Barros e Goldenstein, 1997) e contribuiu para alterar a disponibilidade de itens importados desde então, em relação à oferta interna tanto de itens industriais como de alimentares.

16. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GRÁFICO 5**PIB a preços de mercado: variação real anual (1989-2021)**(Em %)¹

Fonte: Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 7 fev. 2023.

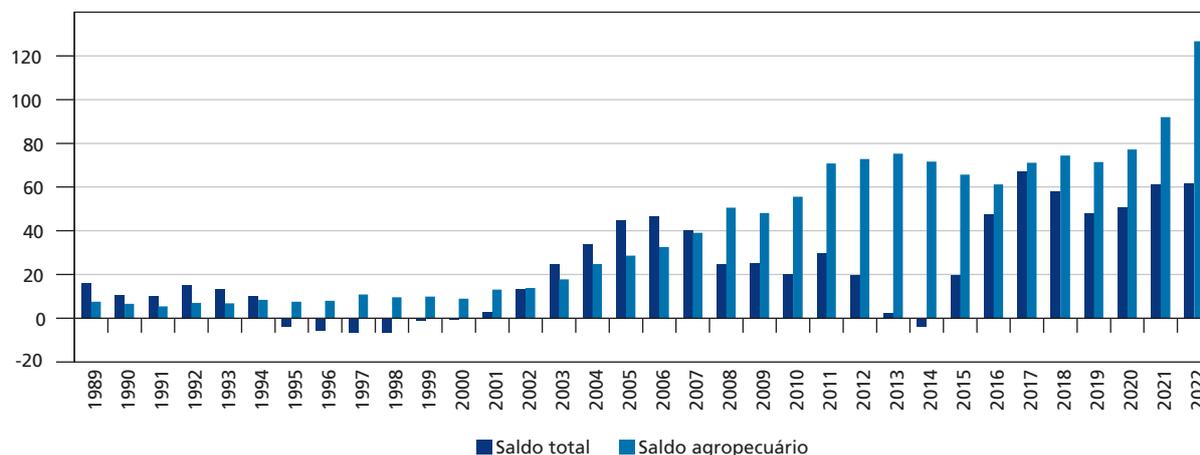
Elaboração do autor.

Nota: ¹ Ao ano.

É nesse cenário que o desempenho comercial da agropecuária brasileira tem sido um alento positivo, conforme se observa nos dados do gráfico 6, abarcando o período 1989-2022. O setor agropecuário tem contribuído para saldos comerciais positivos desde 1989. Esses superávits comerciais do setor são importantes para a estabilidade macroeconômica brasileira, em particular nos anos de baixo crescimento econômico, por conta da compensação da balança comercial brasileira não agropecuária.

GRÁFICO 6**Saldos comerciais brasileiros total e agropecuário (1989-2022)**

(Em R\$ 1 bilhão)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

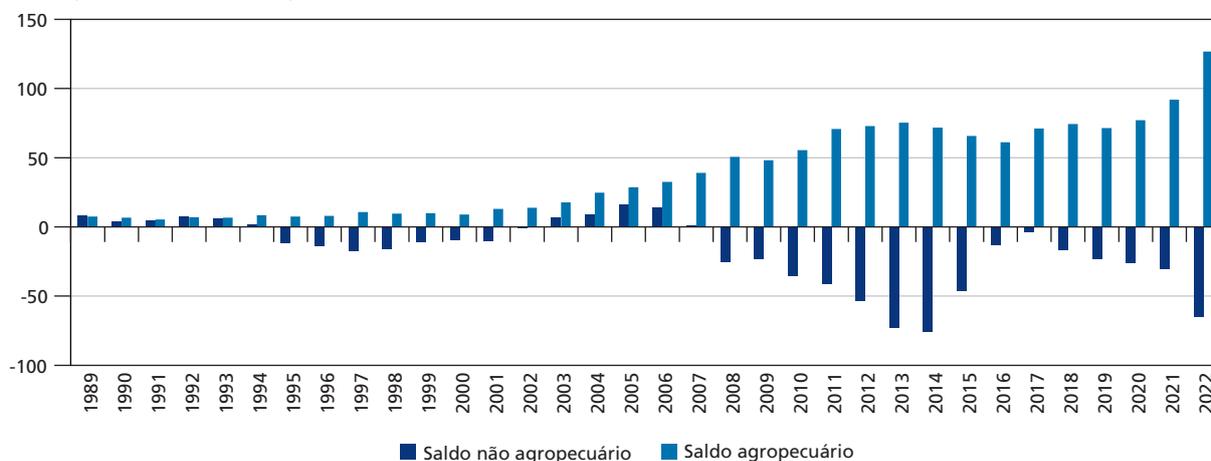
Elaboração do autor.

Um dado complementar nessa discussão é trazido pelo gráfico 7, que exhibe os saldos agropecuário e não agropecuário (total menos agropecuário) da economia brasileira entre 1989 e 2022. Observa-se que, de 2008 em diante, o saldo não agropecuário foi sempre negativo, de modo que os saldos comerciais positivos observados nos últimos quinze anos somente foram possíveis devido aos superávits comerciais agropecuários.

GRÁFICO 7

Saldos comerciais brasileiros agropecuário e não agropecuário (1989-2022)

(Em R\$ 1 bilhão)



Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Em termos de desempenho dos grupos de produtos, observem-se os dados da tabela 7, que apresenta o número de anos superavitários nos 34 anos mensurados para os grupos de produtos agropecuários no saldo comercial agropecuário brasileiro entre 1989 e 2022.

TABELA 7

Anos superavitários para os grupos de produtos agropecuários no saldo comercial agropecuário brasileiro¹ (1989-2022)

Grupo de produtos (SH02)	Total de anos
Carnes e miudezas (02)	34
Outros itens de origem animal (05)	34
Café e mates (09)	34
Sementes e oleaginosas (12)	34
Preparações de carne e peixes (16)	34

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Grupo de produtos (SH02)	Total de anos
Açúcares e confeitaria (17)	34
Preparações de hortícolas (20)	34
Preparações alimentícias (21)	34
Resíduos das indústrias alimentares (23)	34
Tabaco e manufaturados (24)	34
Matérias albuminoides e colas (35)	34
Óleos animais ou vegetais (15)	33
Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	33
Frutas (08)	29
Matérias para entrançar (14)	29
Cacau e preparações (18)	29
Produtos químicos orgânicos (29)	24
Óleos essenciais e resinoides (33)	24
Peleteria e suas obras (43)	24
Plantas vivas e floricultura (06)	22
Algodão (52)	22
Seda (50)	21
Animais vivos (01)	20
Preparações de cereais (19)	19
Bebidas e vinagres (22)	19
Cereais (10)	14
Produtos diversos das indústrias químicas (38)	14
Produtos farmacêuticos (30)	9
Leite e laticínios (04)	8
Peles e couros (41)	6
Gomas e resinas vegetais (13)	5
Produtos hortícolas (07)	0
Malte, amidos e féculas (11)	0
Outras fibras têxteis vegetais (53)	0

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Saldo comercial em US\$.

Quatro observações podem ser feitas com base nas informações da tabela 7. Em primeiro plano, há um rol expressivo de grupos de produtos que foram superavitários para a balança comercial agropecuária em todos os anos amostrados. Nesse caso se enquadram carnes e miudezas (02), outros itens de origem animal (05), café e mates (09), sementes e oleaginosas (12), preparações de carne e peixes (16), açúcares e confeitaria (17), preparações de hortícolas (20), preparações alimentícias (21), resíduos das indústrias alimentares (23), tabaco e manufaturados (24) e matérias albuminoides e colas (35).

Há igualmente um segundo grupo relevante, de resultado majoritariamente positivo no período, composto por óleos animais ou vegetais (15), lã e pelos finos ou grosseiros (51), frutas (08), matérias para entrançar (14) e cacau e preparações (18).

Como terceiro ponto, há um conjunto intermediário no qual se verifica oscilação entre anos comerciais positivos e negativos na balança agropecuária de bens finais,¹⁷ mas com predomínio de anos de saldos positivos. É o caso de produtos químicos orgânicos (29), óleos essenciais e resinoides (33), peleteria e suas obras (43), plantas vivas e floricultura (06), algodão (52), seda (50), animais vivos (01), preparações de cereais (19) e de bebidas e vinagres (22).

Por fim, há a cesta de bens com desempenho predominantemente deficitário no período, o que pode sinalizar certa desvantagem relativa na produção brasileira em relação aos mercados mundiais. Essa cesta inclui cereais (10),¹⁸ produtos diversos das indústrias químicas (38), produtos farmacêuticos (30), leite e laticínios (04), peles e couros (41), gomas e resinas vegetais (13), produtos hortícolas (07), malte, amidos e féculas (11) e outras fibras têxteis vegetais (53).

Isso posto, na tabela 8 se observam as participações dos grupos líderes no superávit agropecuário nos subperíodos de interesse (1989-1994, 1995-1998, 1999-2013 e 2014-2022). Importante reforçar que nesse cálculo foram tomados em conta somente os resultados dos grupos de produtos que foram superavitários em *todos* os anos do período 1989-2022.

17. Os resultados aqui discutidos levam em conta somente os bens agropecuários finais, sem contabilizar a eventual balança comercial de insumos subjacente. Tal análise poderia representar continuidades deste estudo.

18. Leva em conta o conjunto dos cereais, em que pesem os valores expressivos de crescimento interno de produção de milho nos últimos anos. Somente como ilustração, a produção local de milho saltou de 97,8 milhões de toneladas na safra 2016/2017 para 125,8 milhões de toneladas na safra 2022/2023 (estimativa de jan. 2023), perfazendo um acréscimo de 28,6% em seis anos. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 23 fev. 2023.

TABELA 8**Participação média dos grupos de produtos líderes nos subperíodos**

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	1995-1998	1999-2013	2014-2022
Carnes e miudezas (02)	7,1	8,1	21,3	21,3
Outros itens de origem animal (05)	0,2	0,2	0,5	0,5
Café e mates (09)	18,5	19,0	10,6	8,1
Sementes e oleaginosas (12)	10,6	10,9	22,1	39,8
Preparações de carne e peixes (16)	3,4	2,5	3,0	1,7
Açúcares e confeitaria (17)	8,3	15,4	17,0	12,6
Preparações de hortícolas (20)	14,2	9,3	5,3	2,3
Preparações alimentícias (21)	2,8	2,8	1,9	1,1
Resíduos das indústrias alimentares (23)	24,4	19,9	11,7	9,3
Tabaco e manufacturados (24)	10,2	11,7	6,2	2,9
Matérias albuminoides e colas (35)	0,4	0,3	0,4	0,4
Desvio-padrão	7,64	7,11	8,06	12,07
Amplitude	24,22	19,68	21,69	39,38

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
Elaboração do autor.

Dois apontamentos evidenciam-se a partir das informações da tabela 8. De pronto, há dois grupos de bens com expressivo crescimento participativo no superávit agropecuário do país ao longo dos subperíodos considerados – vale dizer: as carnes e miudezas (02) e as sementes e oleaginosas (12). Açúcares e confeitarias (17) também apresentaram crescimento participativo no superávit agropecuário entre os subperíodos calculados, mas em menor magnitude.

Sobre esses resultados, um trabalho anterior (Souza *et al.*, 2012) já havia destacado os casos da soja, açúcar e carnes de aves como os produtos agropecuários brasileiros de maior competitividade no mercado internacional,¹⁹ com base em índices de vantagem comparativa revelada normalizada.

Um segundo elemento a destacar são os grupos de produtos que vivenciaram clara perda de espaço no superávit da agropecuária brasileira entre 1989 e 2022, nos

19. Uma possível extensão dos resultados aqui apresentados poderia desagregar os grupos de produtos SH02 em alíneas de bens específicos (SH08), de modo a buscar analisar os fatores subjacentes ao pontual dinamismo desses bens agropecuários (taxonomia desagregada SH08) nos anos recentes.

termos dos subperíodos definidos. Aqui se incluem café e mates (09), preparações de hortícolas (20), resíduos das indústrias alimentares (23) e tabaco e manufaturados (24).

Mais uma vez, deve-se registrar que tanto para os grupos que elevaram sua contribuição quanto para os que reduziram sua parcela no superávit agropecuário brasileiro há o efeito preço dos mercados internacionais, resultante das condições globais de operação e das cadeias de produção dos respectivos mercados em cada produto considerado.²⁰

Acerca desse ponto, veja-se por exemplo Kannebley Júnior, Gremaud e Rennó (2001) e Marçal (2006), que empregaram séries seculares para tentar medir a trajetória dos termos de troca (produtos primários/produtos manufaturados), sem resultados consensuais ou sujeitos a inúmeras quebras estruturais históricas ou ao tipo de taxonomia ou agregação de produto utilizada.

Outro ponto relevante nessa discussão se refere aos principais importadores de bens alimentícios brasileiros. Conforme Brasil (2018), China, União Europeia, Estados Unidos da América, Japão, Irã, Arábia Saudita, Rússia, Hong Kong, Coreia do Sul e Indonésia representam os dez maiores compradores de produtos do agronegócio brasileiro. Ao mesmo tempo, de acordo com WTO (2020) os principais importadores de bens alimentícios são União Europeia, Estados Unidos, China, Japão, Reino Unido, Canadá, Coreia do Sul, Rússia, Hong Kong e México.

Nesse sentido, as exportações agropecuárias brasileiras estão alinhadas com os parceiros de maior representação na demanda mundial. Muitos são os fatores que podem levar o produto agropecuário nacional a buscar os mercados internacionais, entre eles os vetores de preço (P_{ext}/P_{int}), isto é, a razão de preços externos/preços internos naqueles bens produzidos pelo agricultor/pecuarista.

Conforme se observará na seção 4, sobre a demanda global projetada de alimentos na década de 2020, espera-se que os maiores mercados em termos de renda (como União Europeia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul) e os de maior taxa de crescimento populacional e urbanização (Sudeste Asiático, Meso Oriente e certos países africanos) mantenham firmes suas demandas por proteínas e por grãos (para arraaçoamento animal ou para consumo humano).

20. A avaliação caso a caso nesses termos foge ao escopo e ao espaço deste estudo.

TEXTO para DISCUSSÃO

Por fim, observe-se a tabela 9. Novamente, foram tomados em conta somente os resultados dos grupos de produtos que foram superavitários em todos os anos do período 1989-2022.

TABELA 9

Participação média no saldo agropecuário brasileiro dos cinco principais itens nos subperíodos 1989-1994 e 2014-2022

(Em %)

Grupo de produtos (SH02)	1989-1994	Grupo de produtos (SH02)	2014-2022
Resíduos das indústrias alimentares (23)	24,4	Sementes e oleaginosas (12)	39,8
Café e mates (09)	18,5	Carnes e miudezas (02)	21,3
Preparações de hortícolas (20)	14,2	Açúcares e confeitaria (17)	12,6
Sementes e oleaginosas (12)	10,6	Resíduos das indústrias alimentares (23)	9,3
Tabaco e manufaturados (24)	10,2	Café e mates (09)	8,1
Subtotal CI	77,9	Subtotal CIV	91,1

Fonte: MDIC. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 16 jan. 2023. Elaboração do autor.

Cotejando a participação dos grupos de produtos líderes nos dois subperíodos extremos da série (1989-1994 e 2014-2022), cabem algumas considerações. Como primeiro apontamento, os grupos de café e mates (09), preparações de hortícolas (20) e tabaco e manufaturados (24) perderam relevância no saldo agropecuário do país comparativamente ao início da década de 1990.

Em paralelo, os resíduos das indústrias alimentares (23) e as sementes e oleaginosas (12) continuam relevantes; porém, com notável salto participativo desse último item. Esse fenômeno tem raiz também na maior demanda global pelo grão de soja *in natura*, puxada pelo Sudeste Asiático, em especial pelo mercado chinês.

Igualmente, foi notável o ganho participativo de carnes e miudezas (02) e de açúcares e confeitaria (17) no superávit agropecuário brasileiro desde 2014. Sabe-se que o desenvolvimento e o processo de urbanização de mercados podem gerar novos consumidores de proteínas e de produtos processados de que os açúcares sejam parte, o que pode manter alta a demanda por esses produtos nos mercados mundiais.

Principalmente, cabe notar que a participação dos grupos líderes no último subperíodo considerado (2014-2022) é 13 p.p. mais alta que sua correspondente nos primeiros

anos da série (1989-1994). Assim, registrou-se um relativo aumento de concentração do superávit agropecuário brasileiro recentemente, com ênfase nos grupos de sementes e oleaginosas (12), de carnes e miudezas (02) e de açúcares e confeitaria (17).

4 CENÁRIOS FUTUROS

Pensando-se na capacidade exportadora, de acordo com Brasil (2021), os produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro no correr da presente década deverão ser algodão, soja, milho, carnes suína, bovina, de frango e frutas (em especial a manga).

Nesse quadro, segundo o mesmo estudo, algodão, milho de segunda safra e soja deverão continuar puxando o crescimento da produção de grãos. Já a produção de carnes (bovina, suína e aves) deverá aumentar em 6,6 milhões de toneladas entre 2020/2021 e 2030/2031, um incremento de 24,1% no período; e as carnes de frango e de suínos são as que devem apresentar os maiores crescimentos nos anos vindouros, na esteira de aumento da procura por proteína animal, tanto domesticamente quanto nos mercados mundiais.

Já do prisma de potenciais importações brasileiras de alimentos, o mesmo estudo registra que algumas lavouras, como mandioca, café, arroz, laranja e feijão, devem perder área²¹ no Brasil entre 2020/2021 e 2030/2031. Esses são itens típicos da cesta de consumo alimentar doméstico. Contudo, projeta-se que tal redução de área será compensada – ao menos em parte – por ganhos de produtividade.

Em relação às previsões para o comércio global de alimentos no período 2021-2031, as subções 4.1 e 4.2 dizem respeito aos prognósticos da OECD (2022) e do USDA (2022), respectivamente.

4.1 Projeções da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

Do lado das exportações globais de alimentos, poucos países ou regiões continuarão a dominar a produção pecuária mundial, isto é, China, Índia, Brasil, Estados Unidos e União Europeia. Nesse aspecto, a região do Pacífico Asiático deverá responder por cerca de metade do crescimento da produção global de frango, com a China contribuindo com 15%. Já os Estados Unidos deterão 8% do crescimento da produção global de frango,

21. A área de lavouras ocupa atualmente 9,6% do espaço territorial do país (Brasil, 2021, p.87).

com base na intensificação da produção; e o Brasil responderá por 5% do crescimento da produção mundial da ave, com aumento de aviários e elevação do peso por animal.

É ainda projetada uma elevada demanda por importações de algodão em bruto, as quais serão fundamentalmente supridas por Estados Unidos, Brasil e África subsaariana.

Em termos gerais, esperam-se grandes importações líquidas de bens agropecuários de parte dos países desenvolvidos e do Leste Asiático, sobretudo China.²² Entretanto, em particular na China, projeta-se uma redução do ritmo de crescimento das exportações e das importações de itens alimentares, em função de um arrefecimento do crescimento populacional, de uma quase saturação de consumo para certos produtos e devido a um crescimento da produção local.²³

Outras áreas do globo, como a África subsaariana, o norte da África e o Médio Oriente, são grandes importadores de produtos agropecuários, em especial cereais, que contribuem para a segurança alimentar como alimento de uso humano ou para arração animal. Nessas regiões, projeta-se um crescimento de população em ritmo superior ao do crescimento da produção interna, assim as demandas por importação de alimentos devem seguir firmes.

No caso específico dos lácteos, foram também identificados os países com potencial de oferta para, se for necessário, suprir importações brasileiras junto aos mercados mundiais. Nesse cenário, citam-se Estados Unidos (leite, leite em pó desnatado, queijo), União Europeia (leite, manteiga, leite em pó desnatado e integral, queijo), Nova Zelândia (leite em pó integral), China (leite em pó integral) Paquistão (manteiga), Índia (manteiga) e, subsidiariamente, África subsaariana, Oriente Médio, norte da África e Sudeste Asiático para os lácteos em geral.

Para América Latina e Caribe, os números da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) vislumbram um intenso uso de fertilizantes²⁴ e grandes importações de alimentos. Nesse cenário, aumentos agudos nos preços dos fertilizantes, exacerbáveis pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, têm o potencial de restringir o crescimento de área cultivada e de produção de alimentos no curto e médio prazo.

22. Para um detalhamento e uma discussão do caso chinês em perspectiva para o século em curso, consultar Fukase e Martin (2016).

23. O leitor interessado nesse ponto pode encontrar subsídios adicionais em Freitas (2021).

24. Especificamente no caso brasileiro, há uma iniciativa de médio-longo prazo desenhada para tentar mitigar, ao menos em parte, as restrições mundiais na oferta de fertilizantes. Trata-se do Plano Nacional de Fertilizantes, oficializado pelo governo federal em março de 2022. Para mais detalhes, ver Brasil (2022).

Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta acordos comerciais que podem se firmar e se aprofundar ao longo da presente década, em especial o acordo União Europeia-Mercosul e a Parceria Econômica Regional Abrangente (na orla do Pacífico).²⁵ Medidas comerciais gestadas em tais acordos podem inibir o comércio alhures²⁶ ou produzir um impacto negativo sobre a segurança alimentar mundial não apenas no curto prazo, mas também em prazos mais longos, por conta de efeitos que atinjam a capacidade de produção (e, portanto, de comércio) de países terceiros.

Na direção das importações mundiais de produtos alimentícios, as incertezas de curto prazo mais expressivas relacionam-se aos impactos da guerra da Rússia contra a Ucrânia e seus desdobramentos sobre a produção agrícola ucraniana e sobre os mercados mundiais de fertilizantes. As projeções apresentadas pela OCDE podem ser menores do que as até aqui descritas, dependendo da extensão e do aprofundamento do conflito. Dada a importância de ambas as nações para os mercados de cereais, óleos vegetais e fertilizantes, menores níveis de produção nos dois países poderiam afetar a disponibilidade global de tais itens.

Outro ponto de vulnerabilidade em termos de disponibilidade global de alimentos são as doenças animais e vegetais – a exemplo da peste suína africana, que afetou severamente a produção de carne suína no Leste Asiático; e de uma infestação de gafanhotos do deserto, que produziu perdas significativas na produção agrícola do Leste Africano em 2020. E, claro, como terceiro ponto de preocupação estão os eventos climáticos, que, provavelmente, tornar-se-ão uma fonte principal de incerteza na produção vegetal de forma direta e na produção animal indiretamente.

Uma observação de caráter geral sobre a produção de alimentos no curso da presente década é que as melhorias de produtividade se baseiam na hipótese de que o progresso tecnológico e as eventuais mudanças estruturais seguirão padrões de crescimento da produção agropecuária até então verificados. Porém, deve-se observar que fatores como regulações governamentais e investimentos públicos e privados nos setores agropecuários afetando tais padrões podem impactar a produtividade/produção de alimentos, e assim a sua disponibilidade em escala mundial.

Outro ponto relevante a se destacar é que, para alguns produtos (algodão, trigo e arroz), projeta-se uma expansão de comércio acima do crescimento das respectivas

25. O acordo entrou em vigor em 1o de janeiro de 2022 e inclui como dez membros originários Austrália, Brunei, Camboja, China, Japão, Laos, Nova Zelândia, Singapura, Tailândia e Vietnã. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/rcep>. Acesso em: 23 mar. 2023.

26. O mesmo se aplica caso venha a se estabelecer um acordo comercial abrangente entre Estados Unidos e China.

produções, significando que maior parcela da produção desses itens deve ser transacionada globalmente entre os países.

4.2 Projeções do departamento de agricultura dos Estados Unidos

Em relação à soja, o grão terá importações globais lideradas pela China (sobretudo) e União Europeia. Do lado dos mercados exportadores, projetam-se vendas expressivas de Estados Unidos, Brasil, Argentina e Canadá, com claro descolamento em favor dos dois primeiros. Em termos de mercados de farelo e farinha de soja, a dinâmica deve ser marcada por importações dominantes da União Europeia, secundadas pelas demandas de Vietnã, Indonésia e América do Sul como um todo. Já do lado exportador, os grandes provedores globais, entre 2020 e 2031, deverão ser Argentina, Brasil e Estados Unidos, nessa sequência.

Ainda como subproduto da soja, nos mercados de óleo de soja, projeta-se um papel prevalente da demanda oriunda da Índia e, secundariamente, da América do Sul como um todo, bem como do norte da África. Do lado da oferta internacional, estima-se que os anos da década de 2020 terão na Argentina, nos Estados Unidos e no Brasil os exportadores principais, ainda que com parcelas relativas declinantes para o Brasil.

Nos mercados mundiais de algodão, as importações serão lideradas pelas compras de China, Bangladesh, Vietnã, Paquistão e Turquia. Já as exportações globais do produto serão concentradas por Estados Unidos, Brasil, Índia e África Ocidental, nessa sequência.

No que se refere à carne bovina, os prognósticos informam que na década de 2020 os grandes compradores globais serão os países do Sudeste Asiático (notadamente China), Estados Unidos, União Europeia, Oriente Médio e Egito. Na ponta exportadora, os países líderes provavelmente serão Brasil, Austrália, Estados Unidos, Índia, Argentina e Nova Zelândia, nessa sequência.

Para a carne suína, as maiores importações caberão a China, Japão, México, Coreia do Sul e Hong Kong, enquanto as exportações globais ficarão provavelmente a cargo de União Europeia, Estados Unidos, Brasil e Canadá. Ao mesmo tempo, no mercado mundial de frangos, as importações serão concentradas por Oriente Médio, União Europeia, China, México, Japão, América Central, Filipinas, e Áfricas ocidental e subsaariana. Já do lado exportador, os maiores *players* provavelmente serão Brasil, Estados Unidos, União Europeia e Tailândia, assim ordenados.

Do lado das exportações globais de grãos, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Ucrânia, nessa ordem, serão os principais exportadores de milho no cenário mundial projetado para a década de 2020; e no mercado mundial de trigo, os grandes exportadores globais na década em andamento serão União Europeia, Rússia, Canadá, Estados

Unidos, Ucrânia, Austrália e Argentina. No caso da cevada, as exportações globais serão lideradas pela Austrália, União Europeia, Rússia, Ucrânia e Argentina.

Quanto às importações mundiais de milho na década de 2020, elas serão puxadas por União Europeia, Egito, Irã, Japão, Coreia do Sul, China, Vietnã e México (com grande crescimento projetado). Diante de tais países, as importações brasileiras representarão parcela pequena das importações globais no período citado, mesmo porque a produção interna do cereal no Brasil tem crescido sistematicamente no passado recente.

Para a cevada as importações globais serão lideradas pela China, secundada pelas compras da Arábia Saudita. Já nas importações mundiais de trigo, o papel de protagonista ficará a cargo de Turquia, Oriente Médio, Egito, norte da África e África subsaariana, China e Indonésia, cabendo às compras brasileiras uma posição projetada intermediária ao longo da década de 2020.

Para o comércio mundial de arroz, projetam-se grandes importações das Áfricas ocidental e subsaariana, da China, do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e da União Europeia. Nesse item, do lado da oferta mundial, prevê-se um papel dominante para as exportações oriundas de Índia (notadamente), Tailândia e Vietnã.

Isso posto, de modo a sumarizar as discussões apresentadas quanto ao cenário global futuro (na presente década) da oferta e da demanda mundiais de alimentos, apresenta-se o quadro 1, que sintetiza os principais mercados projetados de oferta e demanda em produtos-chave do comércio agropecuário global, além da participação brasileira nessa dinâmica.

TEXTO para DISCUSSÃO

QUADRO 1

Síntese da oferta e da demanda globais previstas de alimentos (2020-2030)

Demanda mundial (oferta brasileira)	
Principais mercados	Sudeste Asiático, com dominância da China (soja em grão, cevada, milho, algodão, carne bovina, carne suína e carne de frango); do México (milho, carnes suína e de frango); da União Europeia (soja em grão, farelo de soja, carne bovina e carne de frango); da Índia (óleo de soja); do Oriente Médio (cereais, carne bovina e carne de frango); do norte da África (cereais e óleo de soja); dos Estados Unidos (carne bovina); da Turquia (algodão); da África subsaariana (cereais e carne de frango); da América do Sul (óleo de soja); e da América Central (carne de frango).
Sudestes Asiático	Além do papel enfático do mercado chinês, devem ser destacadas as projeções de importações de algodão (Bangladesh, Vietnã e Paquistão), carne suína (Japão, Coreia do Sul e Hong Kong) e carne de frango (Japão e Filipinas).
Competidores do Brasil	Soja (Argentina e Estados Unidos), milho (Argentina, Estados Unidos e Ucrânia), algodão (Estados Unidos, Índia e África ocidental), trigo (Rússia, União Europeia, Canadá, Ucrânia, Estados Unidos, Austrália e Argentina), carne bovina (Austrália, Estados Unidos, Índia, Argentina e Nova Zelândia), carne suína (União Europeia, Estados Unidos e Canadá) e carne de frango (Estados Unidos, União Europeia e Tailândia).
Oferta mundial (demanda brasileira)	
Lácteos	Países com potencial de oferta para, se for necessário, suprir importações brasileiras nos mercados mundiais. Nesse cenário, citam-se Estados Unidos (leite, leite em pó desnatado, queijo); União Europeia (leite, manteiga, leite em pó desnatado e integral, queijo); Nova Zelândia e China (leite em pó integral); Paquistão e Índia (manteiga); e, subsidiariamente, África subsaariana, Oriente Médio, norte da África e Sudeste Asiático para os lácteos em geral.
Principais cereais	No caso do milho, as importações brasileiras são projetadas para representar parcela diminuta das importações globais até 2031, vez que o país tem elevado sistematicamente sua produção doméstica do cereal nos anos recentes. Já no contexto do trigo, o papel de importador protagonista ficará a cargo de Turquia, Oriente Médio, Egito, norte da África e África subsaariana, China e Indonésia, enquanto as compras brasileiras terão uma posição projetada intermediária ao longo da década de 2020. Por fim, para o comércio global de arroz, as compras adicionais brasileiras, se necessárias, poderão ter fornecimento sobretudo das exportações de Índia, Tailândia e Vietnã.

Fontes: Brasil (2021); OECD (2022); e USDA (2022).

Elaboração do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a contribuição da agropecuária para os resultados comerciais brasileiros entre 1989 e 2022 e identificar os produtos de maior participação em tais resultados. Buscou também mapear a eventual mudança de perfil nesse quesito e discutir cenários para o futuro dos fluxos comerciais agropecuários do país.

Embora o conjunto de bens agropecuários tenha sido superavitário em todos os anos avaliados, o saldo não agropecuário foi sempre negativo, de 2008 em diante, de modo que os saldos comerciais positivos observados nos últimos quinze anos somente foram possíveis devido aos superávits comerciais agropecuários.

Nesses resultados, há um rol expressivo de grupos de produtos que deve ser destacado – vale dizer: carnes e miudezas, outros itens de origem animal, café e mates, sementes e oleaginosas, preparações de carne e peixes, açúcares e confeitaria, preparações de hortícolas, preparações alimentícias, resíduos das indústrias alimentares, tabaco e manufaturados e matérias albuminoides e colas. São subgrupos de itens que tiveram saldo comercial positivo em todos os anos avaliados.

No outro extremo, há subgrupos de bens com desempenho predominantemente deficitário no período, o que pode sinalizar certa desvantagem relativa na produção brasileira ante os mercados mundiais, isto é, cereais, produtos diversos das indústrias químicas, produtos farmacêuticos, leite e laticínios, peles e couros, gomas e resinas vegetais, produtos hortícolas, malte, amidos e féculas e outras fibras têxteis vegetais. Nesse âmbito, fica a ressalva para o milho no caso dos cereais, produto que vem experimentando sucessivos aumentos no volume de produção doméstica nos anos recentes.

Em termos de crescimento participativo ao longo da série, há dois grupos de bens com expressivo crescimento participativo no superávit agropecuário do país ao longo dos subperíodos considerados – a saber: as carnes e miudezas e as sementes e oleaginosas. Os açúcares e confeitarias também apresentaram crescimento participativo no superávit agropecuário entre os subperíodos calculados, mas em menor monta.

Nesse ponto, deve-se registrar que tanto para os grupos que elevaram sua contribuição quanto para os que reduziram sua parcela no superávit agropecuário brasileiro há o efeito-preço dos mercados internacionais, resultante das condições globais de operação e das cadeias de produção dos respectivos mercados de cada produto.

Pensando-se na capacidade exportadora, os produtos mais dinâmicos do agonegócio brasileiro na corrente década deverão ser algodão, soja, milho, carnes suína, bovina e de frango e frutas (em especial a manga).

TEXTO para DISCUSSÃO

Já da ótica de potenciais importações brasileiras de alimentos, algumas lavouras, como mandioca, café, arroz, laranja e feijão, devem perder área no Brasil entre 2020/2021 e 2030/2031. Contudo, projeta-se que tal redução de área será compensada por ganhos de produtividade, ao menos em parte. Portanto, não deve haver aumento substancial das importações brasileiras nesses itens, mesmo porque os mercados mundiais de mandioca e de feijão, por exemplo, são comparativamente pequenos.

Do lado das exportações globais de alimentos, poucos países ou regiões continuarão a dominar a produção pecuária mundial, isto é, China, Índia, Brasil, Estados Unidos e União Europeia.

Ao mesmo tempo, esperam-se grandes importações líquidas de bens agropecuários de parte dos países desenvolvidos e do Leste Asiático, sobretudo China, ainda que em trajetória de estabilização neste último caso. Outras áreas do globo, como a África subsaariana, o norte da África e o Médio Oriente são grandes importadores de produtos agropecuários, em especial cereais, que contribuem para a segurança alimentar enquanto alimento de uso humano ou para arração animal. Nestas regiões, projeta-se um crescimento populacional em ritmo superior ao do crescimento da produção interna, donde as demandas por importação de alimentos devem manter-se sólidas.

Para os interesses do Brasil os principais mercados estarão no Sudeste Asiático com dominância da China (soja em grão, cevada, milho, algodão, carne bovina, carne suína e carne de frango), México (milho, carnes suína e de frango), União Europeia (soja em grão, farelo de soja, carne bovina e carne de frango), Índia (óleo de soja), Oriente Médio (cereais, carne bovina e carne de frango), norte da África (cereais e óleo de soja), Estados Unidos (carne bovina), Turquia (algodão), África subsaariana (cereais e carne de frango), América do Sul (óleo de soja) e América Central (carne de frango). Neste conjunto, para os mercados asiáticos, além do papel enfático do mercado chinês, devem ser destacadas as projeções de importações de algodão (Bangladesh, Vietnã e Paquistão), carne suína (Japão, Coreia do Sul e Hong Kong) e carne de frango (Japão e Filipinas).

Doutra parte, os principais competidores da oferta brasileira serão para soja (Argentina e Estados Unidos), milho (Argentina, Estados Unidos e Ucrânia), algodão (Estados Unidos, Índia e África Ocidental), trigo (Rússia, União Europeia, Canadá, Ucrânia, Estados Unidos, Austrália e Argentina), carne bovina (Austrália, Estados Unidos, Índia, Argentina e Nova Zelândia), carne suína (União Europeia, Estados Unidos e Canadá) e carne de frango (Estados Unidos, União Europeia e Tailândia).

Já do lado da demanda (importações) brasileira de alimentos, no caso dos lácteos há países com potencial de oferta para, se for necessário, suprir importações brasileiras junto aos mercados mundiais. Nesse cenário, citam-se Estados Unidos (leite, leite em

pó desnatado, queijo), União Europeia (leite, manteiga, leite em pó desnatado e integral, queijo), Nova Zelândia e China (leite em pó integral) Paquistão e Índia (manteiga) e, subsidiariamente, África subsaariana, Oriente Médio, norte da África e Sudeste Asiático para os lácteos em geral.

Uma observação de caráter geral acerca da produção de alimentos no curso da presente década é que as melhorias de produtividade se baseiam na hipótese de que o progresso tecnológico e as eventuais mudanças estruturais seguirão padrões de crescimento da produção agropecuária até então verificados. Fatores como regulações governamentais e investimentos públicos e privados nos setores agropecuários afetando tais padrões podem impactar a produtividade e o nível da produção de alimentos, e assim a sua disponibilidade nos mercados mundiais.

Ademais, três fatores exigirão contínuo monitoramento, por conta de impactos que seu recrudescimento pode gerar na produção global de alimentos, a saber: o estabelecimento e/ou o aprofundamento de acordos bilaterais de comércio e/ou de investimentos, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia e seus desdobramentos nos mercados mundiais de cereais e de fertilizantes, bem como a eventual maior incidência de pragas e doenças num ambiente de instabilidade climática crescente.

Por fim, do lado das exportações agropecuárias brasileiras, a mensagem fundamental é a premência de estudos de acompanhamento das condições de oferta e das políticas comerciais (inclui acordos bilaterais ou multilaterais com terceiros países) dos países competidores da produção brasileira, bem como o monitoramento das dinâmicas demográfica, macroeconômica e comercial (acordos novamente) dos mercados de destino hoje acessados pelos produtos brasileiros ou com potencial para tal.

Já do ponto de vista das importações agropecuárias brasileiras, considerada a importância do indicador-meta de inflação para a estabilidade macroeconômica do país e até mesmo para a segurança política e distributiva interna, é importante ter em mente mecanismos adjuvantes que possam contrabalançar movimentos ascensionistas espasmódicos dos preços setoriais.

Conquanto reconhecendo-se o aumento de participação da oferta nacional na disponibilidade interna de alimentos, a incidência de importações de bens agropecuários complementares à oferta local pode ser funcional para a regularização da oferta interna de produtos alimentícios.

Quanto às extensões deste estudo, registram-se enfim algumas possibilidades. Em primeiro lugar, cotejar a dinâmica das exportações agropecuárias com a das exportações de bens manufaturados (inclusive termos de troca intersetoriais) e possíveis

TEXTO para DISCUSSÃO

ilações sobre a *performance* da indústria doméstica, bem como sobre a participação dos setores agropecuário e industrial na composição da balança comercial brasileira ao longo do tempo.

Como segundo ponto, desagregar os grupos de produtos SH02 em alíneas de bens específicos (SH08), de modo a analisar os fatores subjacentes ao pontual dinamismo desses bens agropecuários (taxonomia desagregada SH08) nos anos recentes. Isso poderia também permitir ilações acerca do valor agregado em diferentes alíneas de produtos agropecuários de maior dinamismo, e quiçá o cotejo com produtos manufaturados.

Por fim, uma terceira anotação que pode gerar extensões deste texto é tentar obter estimativas do percentual da produção agropecuária que tem sido destinado às exportações e ao consumo doméstico ao longo do tempo. Igualmente, seria preciso medir a participação das importações de alimentos no uso interno. Em ambos os casos, seria requerida uma nova metodologia e bases adicionais de dados.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; CONTINI, E. A modernização da agricultura brasileira. *In*: BRANDÃO, A. S. P. (Ed.). **Os principais problemas da agricultura brasileira**: análises e sugestões. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 1992. (Série PNPE, n. 18).

ANDERSON, K.; MENSBRUGGHE, D. van der; MARTIN, W. **Doha merchandise trade reform**: what's at stake for developing countries? Washington: Banco Mundial, fev. 2006. (Policy Research Working Paper, n. 3848). Disponível em: <https://doi.org/10.1596/1813-9450-3848>.

BARROS, A. L. M. **Capital, produtividade e crescimento da agricultura**: o Brasil de 1970 a 1995. 1999. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, abr.-jun. 1997.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Síntese dos padrões monetários brasileiros**. Brasília: BCB, maio 2007. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acesoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BERGSTRAND, J. H. The gravity equation in international trade: some microeconomic foundations and empirical evidence. **Review of Economics and Statistics**, v. 67, n. 3, p. 474-481, ago. 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1925976>.

BERGSTRAND, J. H. The generalized gravity equation monopolistic competition, and the factor proportions theory in international trade. **Review of Economics and Statistics**, v. 71, n.1, p.143-153, fev. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1928061>.

BONELLI, R.; FONTES, J. **Desafios brasileiros no longo prazo**. Rio de Janeiro: Ibre/FGV, maio 2013. (Texto para Discussão). Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/desafios-brasileiros-no-longo-prazo-28_05_2013_0.pdf.

BONELLI, R.; MALAN, P. S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 6, n. 2, p. 353-406, ago. 1976.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. Brasília: Mapa, 2018. 256 p. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/IntercambioComercial2017_web.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**: Brasil 2020/21 a 2030/2031. Brasília: Mapa, 2021. 102 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. O Plano Nacional de Fertilizantes. **Gov.br**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes/plano-nacional-de-fertilizantes/o-plano-nacional-de-fertilizantes>. Acesso em: 4 abr. 2023.

CÂMARA, G. *et al.* **Modelling land use changes in Brazil**: 2000-2050. São José dos Campos: Inpe, 2015.

DA MATA, D.; FREITAS, R. E. Produtos agropecuários: para quem exportar? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 257-290, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-20032008000200001>.

ESPÍRITO SANTO, B. R. do. Brazil in the world dairy market. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 19, n. 1, p. 63-70, jan.-mar. 2010. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/335/280>.

ESPÍRITO SANTO, B. R. do; LIMA, M. L. F. N. de; SOUZA, C. B. S. de. Os vinte principais mercados para exportação agrícola no futuro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 21, n. 1, p.76-91, jan.-mar. 2012. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/63254/1/Os-vinte-principais-mercados-para-exportacao.pdf>.

FEENSTRA, R. C.; MARKUSEN, J. R.; ROSE, A. K. Using the gravity equation to differentiate among alternative theories of trade. **The Canadian Journal of Economics**, v. 34, n. 2, p. 430-477, maio 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0008-4085.00082>.

FELTRAN-BARBIERI, R.; FÉRES, J. G. Degraded pastures in Brazil: Improving livestock production and forest restoration. **Royal Society Open Science**, v. 8, n. 7, p. 1-15, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsos.201854>.

FERREIRA, M. D. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Inserção no mercado internacional e a produção de carnes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2019. (Texto para Discussão, n. 2479).

FREITAS, R. E. Subsídios e políticas comerciais agrícolas na China. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 25, p. 143-153, 2021.

FREITAS, R. E. Temporary crops in the Brazilian agricultural frontier. **Agricultural Sciences**, v. 13, n. 2, p. 244-267, fev. 2022.

FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. Expansão agrícola no Brasil e a participação da soja: 20 anos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 497-516, jul.-set. 2016.

FREITAS, R. E.; VINHOLIS, M. M. B. Há concentração das exportações agropecuárias brasileiras com destino China? **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 21, n. 1-3, p. 36-51, 2019.

FUKASE, E.; MARTIN, W. Who will feed China in the 21st century? Income growth and food demand and supply in China. **Journal of Agricultural Economics**, v. 67, n. 1, p. 3-23, fev. 2016.

GASQUES, J. G. *et al.* Crescimento e produtividade da agricultura brasileira: uma análise do Censo Agropecuário. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea, 2020. 414 p.

GIAMBIAGI, F. Restrições ao crescimento da economia brasileira: uma visão de longo prazo. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Desafios ao crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, jul. 2003. (Coleção Estudos da Cidade). Disponível em: <https://hub.arcgis.com/documents/PCRJ::rio-estudos-n%C2%BA-112-desafios-ao-crescimento-da-economia-brasileira-julho-2003/explore>.

KANNEBLEY JÚNIOR, S.; GREMAUD, A. P.; RENNÓ, R. A. A tendência secular dos termos de troca brasileira revisitada: 1850 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: Anpec, 2001.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020. 440 p.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Inserção internacional do agronegócio brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2017. (Texto para Discussão, n. 2318).

MARÇAL, E. F. Há realmente uma tendência à deterioração dos termos de troca? **Revista Economia**, v. 7, n. 2, p. 307-329, 2006.

MELO, F. B. H. **A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, 2002.

MIRANDA, S. H. G.; JANK, M. S.; SOENDERGAARD, N. Opportunities and challenges to strengthen bilateral agri-food trade: the Brazilian perspective. *In*: JANK, M. S.; GUO, P.; MIRANDA, S. H. G. **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2020.

MORAES, A. S.; DIVINO, J. A. Composição ótima da dívida pública brasileira e a política monetária. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 213-233, abr.-jun. 2019.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND CO-OPERATION DEVELOPMENT; FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **OECD-FAO agricultural outlook 2014**. Paris: OECD Publishing, 2014.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND CO-OPERATION DEVELOPMENT. **Agricultural outlook 2022-2031**, Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f1b0b29c-en>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RODRIGUES, R. Educação profissionalizante. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 8, p. 46, 2019.

SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. Alimentos: prioridade do Brasil e do mundo! **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 9, set. 2011.

SILVA, M. L. F. Plano Real e âncora cambial. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, p. 387-407, jul.-set. 2002.

SOUZA, R. S. *et al.* Competividade dos principais produtos agropecuários do Brasil (vantagem comparativa revelada normalizada). **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n. 2, abr.-jun. 2012.

USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Agricultural projections to 2031**. Washington: USDA, fev. 2022. 106 p. Disponível em: <https://www.usda.gov/sites/default/files/documents/USDA-Agricultural-Projections-to-2031.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VELOSO, F. *et al.* O Brasil em comparações internacionais de produtividade: uma análise setorial. *In*: BONELLI, R.; VELOSO, F. P. (Ed.). **Anatomia da produtividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 63-107.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; RONSOM, S. Inovação e expansão agropecuária brasileira. *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. 414 p.

VIEIRA, R. C. M. T. *et al.* (Org.). **Cadeias produtivas no Brasil**: análise de competitividade. Brasília: Embrapa, 2001. 469 p.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. Agreement on agriculture. *In*: WTO –WORLD TRADE ORGANIZATION. **Final Act Embodying the Results of the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations**. Genebra: WTO, 15 abr. 1994. Disponível em: http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag.pdf. Acesso em: 20 dez. 2011.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **World trade statistical review 2020**. Genebra: WTO, 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2020_e/wts20_toc_e.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

APÊNDICE A

Este ponto do estudo informa os procedimentos utilizados, de modo a levar em conta a transição de códigos comerciais entre a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), no período 1989-1996, e a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), no período 1996-2022. As observações a seguir referem-se à compatibilização entre as duas definições.

- 1) O código SH 3823.60 (sorbitol – poliálcool, também chamado de glucitol nep) consta na lista do Acordo Agrícola, mas não foi localizado na NCM. De toda sorte, a NCM 2905.44 já contempla o d-glucitol (sorbitol) (poliálcool).
- 2) A NCM 3823.70 (álcoois graxos industriais e outras misturas de álcoois primários alifáticos) corresponde à NBM 1519.20, que não pertence ao capítulo 15 (gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal) na listagem da NCM. Logo, a NCM 3823.70 não foi incluída.
- 3) Entre as alíneas 1603, há duas alíneas da NBM que não se referem a peixes, mas sim a carnes; portanto, foram incluídas no total agropecuário. Quais sejam: NBM 1603000101 (extratos de carne) ↔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, peixes, crustáceos etc.); e NBM 1603000201 (sucos de carnes) ↔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, peixes, crustáceos etc.). As respectivas NCMs não foram incluídas por não separarem as carnes de peixes e crustáceos. Já as alíneas 1604 e 1605 referem-se exclusivamente a peixes e/ou crustáceos; dessarte, foram excluídas em todos os anos da série.
- 4) As NBM 2208100101, 2208100102, 2208100199, 2208109901, 2208109902, 2208109903, 2208109904, 2208109905 e 2208109999 correspondem à NCM 21069010. Ambos os capítulos (21 e 22) pertencem integralmente ao Acordo Agrícola, e todas as alíneas citadas foram incluídas.
- 5) A NBM 1301909900 (outras gomas, resinas, gomas-resinas e bálsamos naturais) corresponde à NCM 33019040 (óleos resinas de extração). Ambos os itens pertencem integralmente ao Acordo Agrícola e foram incluídos.

6) A NCM 35029010 (soroalbumina) corresponde à NBM 300210020 (soroalbumina). Portanto, a NBM 300210020 foi incluída.

Todas as compatibilizações referidas tiveram por base dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).¹

1. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1102&refr=605>. Acesso em: abr.-jun. 2012.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editores

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.